

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.506 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2002



Roosevelt Pinheiro

Mestrinho deu, na Comissão de Relações Exteriores, pareceres favoráveis a alterações no Estatuto do Estrangeiro

## Comissão aprecia projetos que mudam Estatuto do Estrangeiro

Duas propostas de alterações no Estatuto do Estrangeiro serão examinadas hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Uma define condições para expulsão de estrangeiro, outra permite a concessão de visto temporário a portador de passaporte não reconhecido pelo governo brasileiro.

PÁGINA 2

## Patrocínio pede investimentos no sistema de transplantes

PÁGINA 7

## Subsídios dos EUA geram debate no Plenário

José Fogaça considera decisão norte-americana “cruel, injusta e indecente”. Jonas Pinheiro quer compensação para agricultores brasileiros.

PÁGINA 6

## Congresso deve eleger hoje o Conselho de Comunicação

Quase 14 anos depois de ter sido instituído pela Constituição, o Conselho de Comunicação terá seus primeiros integrantes eleitos hoje, a partir das 14h, em sessão conjunta do Congresso. O colegiado funcionará como órgão consultivo sobre o setor.

PÁGINA 3



Gerardo Magela

Em votação secreta, o Plenário do Congresso decidirá sobre a cédula única com 13 titulares e respectivos suplentes do Conselho de Comunicação



Célio Azevedo

## Refis pode ser estendido a pessoas físicas

A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar hoje, em caráter terminativo, projeto do senador Luiz Otávio que estende o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) a pessoas físicas. O texto estabelece que contribuintes com débitos junto à Receita Federal e ao sistema previdenciário poderão parcelar as dívidas em até 60 meses.

Além do projeto sobre o Refis, a CAE vota operações de crédito externo

PÁGINA 4

# Comissão pode votar hoje projetos que mudam Estatuto do Estrangeiro

Uma proposta condiciona expulsão de quem estiver sendo processado, outra permite concessão de visto a portador de passaporte não-reconhecido pelo governo brasileiro

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve deliberar hoje, a partir das 17h30, sobre pareceres favoráveis do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) a dois projetos que alteram o Estatuto do Estrangeiro. Enquanto um deles, de autoria do primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), dispõe sobre a extradição e o julgamento de estrangeiro por delito praticado em solo brasileiro, o outro, apresentado pelo senador Moreira

Mendes (PFL-RO), prevê a concessão de visto a estrangeiro portador de passaporte emitido por governo não-reconhecido pelo Brasil.

Em sua proposta, Carlos Wilson condiciona a expulsão de estrangeiro que estiver sendo processado ou tiver sido condenado, no Brasil, por crime passível de pena privativa de liberdade, à conclusão do processo ou ao cumprimento da pena. A iniciativa pre-



Os senadores Carlos Wilson e Moreira Mendes são os autores dos projetos que devem ser examinados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

vê, também, a consulta ao presidente da República sobre a conveniência de expulsão do condenado do país antes da concessão de liberdade condicional e a expulsão de estrangeiro condenado a pena não privativa de liberdade, desde que seja conveniente ao interesse nacional.

Quanto ao projeto de Moreira Mendes, permite a concessão de visto temporário, pelo prazo máximo de 90 dias, a estrangeiro por-

tador de passaporte não-reconhecido pelo governo brasileiro que esteja em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica no país. "Respeitados os limites ditados pela conveniência política (e econômica), os países devem buscar uma acomodação não-agressiva dessa conjuntura, de forma a propiciar boas condições para o fluxo de pessoas que interessem ao país receptor, tendo em vista as disponibilidades e

a conseqüente geração de trabalho e desenvolvimento no país", argumentou o senador, em defesa da proposta.

A pauta da reunião da CRE inclui ainda três projetos de decreto legislativo, todos com aprovação recomendada pela relatoria, relativos a textos de acordos internacionais referendados pelo governo brasileiro. As matérias tratam da convenção internacional sobre a supres-

são de atentados terroristas com bombas, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1997; do acordo relativo à cooperação entre autoridades brasileiras e norte-americanas de defesa da concorrência na aplicação de suas leis, firmado em 1999; e do acordo com a Costa Rica sobre o exercício de atividades remuneradas pelos dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado em 2000.

## Bezerra defende presença de empregados em conselho do BB

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) protestou em Plenário contra a perda da vaga que os funcionários do Banco do Brasil tinham no Conselho de Administração da empresa. Para o senador, o governo federal deve rever a decisão que admite a substituição de Paulo Assunção de Sousa, último representante dos funcionários, pelo representante do fundo de pensão da estatal, a Previ, o economista Andréa Calabi.

A troca do ocupante da cadeira só foi possível porque o Banco do Brasil decidiu seguir à risca o Es-

tatuto de 1996, segundo o qual, para ter assento no conselho, os funcionários precisam ser donos de 3% do capital do banco, o equivalente a R\$ 250 milhões, assinalou o senador. Citando o jornal *O Globo*, Carlos Bezerra disse que com a mudança o conselho passou a ser formado por quatro integrantes indicados pelo governo federal e por três nomeados pela Previ.

— Vejo como uma iniciativa lamentável essa de se quebrar a tradição de permitir a presença de um representante dos funcioná-

rios do Banco do Brasil em seu Conselho de Administração — disse Carlos Bezerra.

O senador salientou que é saudável para os servidores e prudente para o banco ter um representante dos servidores no conselho, pois tal prática cria maior sintonia entre o corpo funcional e a direção da instituição.

— De um lado, permite que os empregados sintam-se co-responsáveis pela gestão do banco. De outro, torna as decisões do conselho mais transparentes — salientou.



Carlos Bezerra lamenta perda de vaga dos funcionários no Conselho de Administração



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

10h30 — Recebe Itanor Neves Carneiro, diretor-geral do Departamento de Polícia Federal  
11h30 — Recebe João Verdi Carvalho Neto, presidente da Avibrás  
14h — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional  
15h — Recebe comitiva de Ilha Solteira  
18h30 — Solenidade de lançamento do projeto A Conquista da Água, de iniciativa da prefeitura de Ilha Solteira. *Salaão Negro do Senado*

### PLENÁRIO

14h — Sessão conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: eleição do Conselho de Comunicação Social. *Plenário da Câmara*

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
1ª Parte  
Pauta: PLS nº 85/01, dispõe sobre a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; mensagens que propõem ao Senado autorização para contratação de operações de crédito externo.  
2ª Parte  
Pauta: Mensagem nº 123/02, propõe ao Senado seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao rescalamento da dívida da República de Moçambique com o Brasil; PLS nº 685/99 (tramitando em conjunto com o PLS nº 26/00), altera artigos da Lei nº 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real e o Sistema Monetário Nacional; PLS nº 49/01, permite o ingresso de pessoas físicas no Refis; PLS nº 52/02, modifica a Lei nº 7.998/90 estabelecendo critérios para a distribuição dos recursos do FAT; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação  
Pauta: PLS nº 202/99, introduz modificações na Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; PLC nº 32/02, confere ao governador Mário Covas a designação de Patrono do Turismo Nacional; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul  
Pauta: apresentação, discussão e votação da complementação de voto ao relatório da senadora Emília Fernandes ao PDL nº 71/01, de autoria de Roberto Saturnino, que convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil no Alca; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: apreciação de atos e relatórios. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: PDLs aprovando textos de acordos internacionais; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

18h30 — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.151-3, que regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (anistiado político). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Congresso elege hoje Conselho de Comunicação

Órgão terá caráter consultivo e auxiliar nas definições do Poder Legislativo sobre a área de mídia e será formado por 13 membros, cujo primeiro mandato terminará no dia 31 de março de 2003

## Cronograma para votar CPMF será cumprido, prevê Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que a realização de duas sessões deliberativas na sexta-feira garantirá o cumprimento do cronograma de tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), permitindo a votação da matéria no dia 12 de junho, conforme acordo de lideranças.

— Vai haver número, os senadores vão comparecer, porque o calendário foi feito com a concordância das lideranças, e os líderes têm responsabilidade com o chamamento dos seus liderados — salientou.

Tebet acrescentou que a Presidência do Senado também tem responsabilidade no assunto, e fez um apelo aos senadores para que compareçam às sessões de sexta-feira.

O presidente do Senado manifestou-se contrário à tese de que seja considerada “de redação” uma emenda reduzindo a noventena — prazo de 90 dias para que a prorrogação da CPMF entre em vigor a partir da aprovação da PEC. Quando uma PEC recebe emenda com objetivo de apenas deixar mais clara a intenção do legislador, a matéria não precisa retornar ao exa-

me da Casa do Congresso onde foi aprovada anteriormente, neste caso, a Câmara dos Deputados.

— Mudar prazo é mudar o mérito da matéria. Se for mudada a noventena, a matéria tem que voltar à Câmara. É preciso respeitar os ritos constitucionais — observou.

Ramez Tebet afirmou que não há risco de a medida provisória (MP) que fixa em R\$ 200 o salário mínimo ser aprovada na Câmara — onde está trancando a pauta há cerca de um mês — e vir a trancar a pauta do Senado, atrapalhando a tramitação da PEC da CPMF. Ele explicou que a MP só trancaria a pauta se fosse lida, publicada e não votada.

— Isso obedece ao bom senso da Mesa, do presidente, para saber o que é mais importante. Nada obriga que, chegando a MP ou qualquer outro projeto, seja lido imediatamente. Se uma matéria interferir na outra, vou escolher de acordo com minha consciência, colocarei em votação o que o país estiver precisando. Agora é a CPMF — frisou.

O senador defendeu a transformação da CPMF em imposto permanente, “por ser insonogável”, observando, no entanto, que, para isso, outros tributos deveriam ser reduzidos, “de modo que o povo não fosse sobrecarregado”.

## Emilia destaca fórum de secretários de Educação

Os debates realizados no Fórum Nacional Extraordinário de Secretários Municipais de Educação mostraram que o trabalho do educador em um mundo globalizado vai além dos limites da sala de aula, de acordo com a senadora Emilia Fernandes (PT-RS). Ela elogiou os organizadores e participantes do encontro, ocorrido no dia 15, em Brasília.

Lembrando que 85% dos estudantes de escolas públicas representam a porção mais pobre da sociedade brasileira, a senadora observou que



Emilia: trabalho do educador vai além dos limites da sala de aula

é compromisso do governo educá-los, a fim de que possam construir eles mesmos seu conhecimento, “de forma crítica, atuante e, acima de tudo, integrada e participe da história que vivem”.

Emilia disse que os organizadores do evento abraçaram o desafio de pensar formas de promover uma educação cidadã, pacífica, ética, solidária e participativa. Comentou ainda que, nos três dias do fórum, a educação foi colocada acima de divergências ideológicas e partidárias, atraindo para o debate inúmeros interessados.

Quase 14 anos depois de o Conselho de Comunicação Social ter sido criado pela Constituição, seus primeiros integrantes serão eleitos hoje, em sessão conjunta do Congresso Nacional. O conselho funcionará como órgão consultivo e auxiliar nas definições do Legislativo para o setor de comunicação do país e será formado por 13 titulares e seus respectivos suplentes.

O órgão deverá ser chamado a se manifestar sobre temas relacionados com a liberdade de expressão e da informação, os modelos de controle dos meios de comunicação, o conteúdo das programações da mídia e também sobre a legislação referente à propriedade dos canais de rádio e televisão. Caberá ainda ao conselho acompanhar o cumprimento das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas das programações dos veículos de comunicação e posicionar-se quanto a outras questões, como a propa-



Jane de Araújo

Ramez Tebet preside a sessão do Congresso que elege os integrantes do Conselho de Comunicação Social

ganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação social.

A eleição do conselho, marcada pelos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, foi objeto de acordo feito com as bancadas opositoras das duas Casas legislativas, que condicionaram a aprovação da emenda constitucional que permite o ingresso de capital estrangeiro na mídia à implantação do órgão.

Esse primeiro mandato terminará no dia 31 de março de 2003, para que o início do mandato da próxima composição do órgão coincida com o começo da nova legislatura. O mandato dos integrantes do Conselho de Comunicação Social, definido em lei, é de dois anos.

A votação dos integrantes do conselho será secreta, em cédula de papel, e seguirá um roteiro previamente acertado entre as Mesas da Câmara e do Senado.

## Normas para a escolha estão definidas

A sessão conjunta destinada à eleição da primeira composição do Conselho de Comunicação Social será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados, a partir das 14h. As regras para a votação são as seguintes:

- A eleição será secreta.
- Os votos de cada Casa serão computados separadamente, exigindo-se para aprovação a maioria dos votos, presente a maioria dos membros.
- A votação será feita em cédula única, contendo a relação completa dos candidatos.
- O voto será proferido e computado em relação à chapa em sua íntegra, ou seja, o parlamentar poderá votar *sim* ou *não* à chapa proposta. Pode, ainda, manifestar-se com voto em branco ou nulo.
- Os votos serão depositados em urnas localizadas no Plenário da Câmara. Serão seis urnas, postadas de acordo com a ordem alfabética, para os deputados, e duas urnas para os senadores.

- Após o término do período de votação, a ser fixado pela Presidência da Mesa do Congresso, será feita a apuração imediata.
- As bancadas e blocos parlamentares poderão indicar fiscais para acompanhar os trabalhos.

- Depois de apurados os votos, o presidente anunciará o resultado, declarando empossados os integrantes e fixando a data para a instalação do conselho e para a eleição do presidente e do vice-presidente do órgão.

### Indicados para o Conselho de Comunicação Social

Categoria representada	Titular	Suplente
Empresas de rádio	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Carneiro
Empresas de TV	Roberto Wagner Monteiro	Flávio Martínez
Imprensa escrita	Paulo Cabral de Araújo	Carlos Roberto Berlink
Engenheiros com conhecimento em comunicação social	Fernando Bitencourt	Miguel Cipolla
Jornalistas	Daniel Koslovski Herz	Frederico Ghedini
Radialistas	Francisco Pereira da Silva	Orlando José Ferreira Guilhon
Artistas	Berenice Isabel Bezerra	Stephan Nercessian
Profissionais de cinema e vídeo	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Sociedade civil	José Paulo Cavalcanti	Manuel Aiceu Affonso Pereira
Sociedade civil	Alberto Dines	Antônio Telles
Sociedade civil	Jayme Sirotsky	Jorge da Cunha Lima
Sociedade civil	Carlos Chagas	Regina Festa
Sociedade civil	Ricardo Moretzohn	Assunção Fernandes

# Contribuinte pessoa física poderá ingressar no Refis

Projeto, que prevê parcelamento de débito junto à Receita Federal e ao INSS, como ocorre para pessoa jurídica, deverá ser votado hoje na CAE

Os contribuintes pessoas físicas que mantenham débitos junto à Receita Federal e ao sistema previdenciário oficial vão poder ingressar no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), de modo a poder parcelar sua dívida em até 60 meses. Isso é o que determina projeto de lei de autoria do senador Luiz Otávio (PPB-PA) que deverá ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, na reunião prevista para hoje.

O Refis foi criado em abril de 2000, por iniciativa do governo, para facilitar o pagamento dos contribuintes pessoas jurídicas devedoras do fisco. O programa recebeu grande adesão de empresas devedoras e contribuiu, segundo avaliação da Secretaria da Receita Federal, para melhorar o fluxo de arrecadação tributária.

No parecer favorável que deu à matéria, o relator, senador Amir Lando (PMDB-RO) disse esperar que, com a aprovação da proposta, ocorra grande incremento de



Projeto de autoria de Luiz Otávio teve parecer favorável do relator, Amir Lando, que espera grande incremento de arrecadação

créditos tributários federais, sobretudo dos débitos relativos ao Imposto de Renda.

Uma vez convertida em lei, a proposta estabelece prazo de 180 dias para que o contribuinte pessoa física possa optar pelo Refis. Os pagamentos dos débitos terão de ser mensais, em até 60 vezes, em parcela nunca inferior a 1% da renda mensal auferida pelo contribuinte.

A proposta, segundo explica Amir Lando, prevê a suspensão da pretensão punitiva do Estado

referente aos crimes contra a ordem tributária, enquanto a pessoa física, agente de tais crimes, estiver incluída no Refis, desde que a inclusão tenha ocorrido antes do recebimento da denúncia criminal. Se a inclusão no programa tiver sido feita após a denúncia criminal, qualquer punição se extinguirá quando a pessoa física efetuar o pagamento integral dos seus débitos de Imposto de Renda e contribuições previdenciárias, acrescenta o relator.

## Contratação de crédito externo está na pauta

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar hoje pedidos para a contratação de operações de crédito externo, com aval da União, no total de US\$ 462,8 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird – Banco Mundial), e à Corporação Andina de Fomento. Do total dos recursos, US\$ 363 milhões destinam-se ao governo do estado de São Paulo.

A primeira mensagem do presidente da República ao Senado solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 34 milhões, entre o governo do estado de São Paulo e o BID. Os recursos destinam-se a financiar parcialmente a primeira fase do Programa de Ação nos Cortiços do estado. O pedido recebeu parecer favorável do relator, Geraldo Melo (PSDB-RN).

A segunda mensagem solicita autorização para que o governo paulista contrate junto ao BID operação de crédito de US\$ 120

milhões, destinada a financiar parcialmente o Programa estadual de Recuperação de Rodovias. A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

A terceira mensagem do presidente, que também beneficia o governo paulista, solicita autorização para contratar, junto ao Banco Mundial, o equivalente a US\$ 209 milhões, destinados ao financiamento parcial da construção da quarta linha do metrô. O pedido recebeu parecer favorável do relator, Jonas Pinheiro (PFL-MT).

### RONDÔNIA

Um outro pedido é para que o Senado autorize a contratação de operação de crédito externo, de US\$ 35 milhões, entre o governo do estado de Rondônia e a Corporação Andina de Fomento, para financiar parcialmente o Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária daquele estado. A matéria foi também relatada por Jonas Pinheiro, que deu parecer favorável ao pedido.

A última mensagem do presidente solicita autorização para

que seja contratada operação de crédito externo no valor de US\$ 64,8 milhões entre o governo do estado do Acre e o BID. Os recursos destinam-se a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento Sustentável do estado. Todas as mensagens presidenciais solicitando autorização para a contratação desses empréstimos externos terão ainda de passar pelo Plenário do Senado.

A CAE deverá examinar também os termos do programa de reescalonamento de uma dívida de US\$ 150,8 milhões contraída pelo governo da República de Moçambique com o Brasil, com base nos entendimentos mantidos no Clube de Paris, pelos quais os países credores daquele país africano concordaram em dar desconto ao devedor da ordem de 80% do valor devido. O relator da matéria, Roberto Saturnino (PT-RJ), apresentou parecer favorável ao perdão parcial da dívida moçambicana, por ser aquele país “extremamente pobre”, com uma renda *per capita* de aproximadamente US\$ 220 dólares.

## Ornélas defende aplicação de recursos para o São Francisco

O 7º Encontro de Negócios nos Vales do São Francisco e Parnaíba (Mercovale), aberto domingo em Paulo Afonso (BA), e o Workshop do Pólo Ecoturístico do Canyon do São Francisco, iniciado dia 22 passado, em Salvador (BA), indicam possibilidades



Situação do São Francisco requer maior atenção do Estado, diz Ornélas

de investimento na região da Bacia do São Francisco e reiteram a importância do rio para o Nordeste brasileiro, afirmou ontem Waldeck Ornélas (PFL-BA).

O senador fez um apelo pela salvação do São Francisco em razão de suas potencialidades e das dificuldades enfrentadas pelo semi-árido nordestino. Ornélas apresentou indicadores de que os problemas do rio ainda não mereceram o tratamento adequado. Segundo ele, havia no Ministério da Integração Nacional R\$ 30 milhões destinados ao projeto de conservação e revitalização daquela bacia hidrográfica e mais R\$ 40 milhões no Ministério do Meio Ambiente para a mesma finalidade. De acordo com Ornélas, apenas este último montante de recursos foi aplica-

do eficazmente.

O senador sustenta que, dos recursos do Ministério da Integração, apenas 3,2% foram efetivamente aplicados no rio, com dois convênios, de R\$ 485 mil cada, destinados à elaboração de plano estratégico do Baixo

São Francisco nos estados de Sergipe e Alagoas. Segundo o senador, R\$ 29 milhões tiveram seus empenhos simplesmente cancelados.

– Isso mostra descaso e desatenção para com essa bacia e, pior ainda, tende a continuar no próximo ano – protestou.

O senador informou que a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 traz, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, em relação ao projeto de conservação e revitalização do São Francisco, a meta de aplicar apenas 1% do previsto.

– A essa base, nós teremos que esperar quatro gerações para que se possa ter completado o projeto de revitalização do rio. E pergunto se o rio esperará tanto – questionou Ornélas.

## Ademir cobra agilidade na conservação de estradas

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) cobrou do governador do Pará, Almir Gabriel, maior agilidade para resolução dos problemas de má conservação das estradas do estado. O parlamentar disse que a malha viária transformou-se em um “retrato sem retoques”.

Ele lamentou a precária situação das estradas PA-279, PA-140, PA-242 (hoje BR-318), PA-150 e PA-151. “De norte a sul do estado se avolumam protestos e bloqueios de vias por moradores indignados”, afirmou.

Como fruto do trabalho da bancada do Pará na Câmara dos Deputados, observou, foram alocados R\$ 28,9 milhões do Orçamento da União de 2001 para conservação preventiva e eliminação de pontos críticos em rodovias fede-



Para Ademir, situação das estradas do Pará tem gerado protestos

rais no estado. Desse total de recursos, informou, foram efetivamente aplicados, até o dia 15 de março deste ano, R\$ 9,4 milhões, ou seja, 30% do que foi inicialmente previsto.

Ademir frisou que o governo federal também dá

exemplo de falta de compromisso. Ele lembrou que em 2001 o presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Sinop (MT) e anunciou a liberação de R\$ 48 milhões para asfaltar e mais R\$ 100 milhões para concluir a pavimentação total da rodovia Santarém-Cuiabá. O senador afirmou que a obra, segundo FHC, estaria concluída até o final do seu mandato. “Já se passou mais de um ano e nada de estrada”, protestou o parlamentar.

## Mozarildo destaca avanço nos serviços de saneamento

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou a importância dos dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final de março. De acordo com o estudo, o abastecimento de água, que em 1989 chegava a 95,6% dos municípios, atinge hoje 97,9%. A coleta de lixo, que era de 97,2%, chegou a 99,4% das cidades. O serviço de esgotamento passou de cerca de 47% para aproximadamente 52%.

O parlamentar lembrou que, na estimativa do governo federal, seriam necessários recursos da ordem de R\$ 44 bilhões em investimentos até 2010 para garantir água e esgoto a toda a população brasileira, algo em torno de 0,4% do Produto Interno Bruto.

Na visão do senador, essa meta deve ser mantida por este e pelo próximo governo. Ele observou ainda que a pesquisa do IBGE demonstrou onde estão as prioridades. Mozarildo informou que áreas com indicadores epidemiológicos graves, com doenças decorrentes de falta de saneamento, as cidades pequenas, e a área rural deverão ser priorizadas.

As disparidades regionais, afirmou, voltam a se manifestar também na questão do saneamento básico. A pesquisa revela que enquanto 70,5% dos domicílios da Região Sudeste fazem parte da



Para Mozarildo, as diferenças regionais ainda comprometem o desenvolvimento do país

rede de abastecimento de água, apenas 44,3% das residências do Norte são abastecidas. O volume de água distribuído também é desigual. No Sudeste, são 360 litros diários *per capita*, no Norte, apenas 190 litros.

— A desigualdade social é maléfica e perniciosa não apenas para as regiões mais pobres, menos desenvolvidas, que sofrem na pele os efeitos e conseqüências da falta de crescimento. Ela é altamente prejudicial para o desenvolvimento do país. Se o objetivo maior é diminuir as disparidades e reduzir a pobreza, é justificável que se busque a redução mais acelerada da pobreza no Norte e no Nordeste, regiões reconhecidamente mais desfavorecidas no concerto nacional — observou.

## Lúcio Alcântara lamenta o falecimento de pesquisador

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lamentou o falecimento do médico paulista Carlos da Silva Lacaz, professor emérito da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP), importante pesquisador em microbiologia e imunologia e fundador do Instituto de Medicina Tropical.

De acordo com o senador, Lacaz sempre se preocupou com os males que afligem os brasileiros menos assistidos, sobretudo os com moléstias que não atraem a atenção de pesquisadores dos centros estrangeiros de investigação.

— Uma de suas descobertas mais reconhecidas é a do ciclo do *Paracoccidioides brasiliensis*, o agente da blastomicose sul-americana — explicou. A doença é uma micose de caráter endêmico entre as populações rurais, que não

raro incapacita para o trabalho e pode levar à morte.

Alcântara afirmou que um dos aspectos mais fascinantes da trajetória de Lacaz é sua dedicação simultânea à Medicina e à História, sobretudo à História da Medicina no Brasil. Ele escreveu obras importantes sobre o papel dos profissionais médicos que chegaram a São Paulo nas diversas levadas de imigrantes, como os italianos, sírios e libaneses.

Ao concluir seu pronunciamento, Alcântara ressaltou que Carlos da Silva Lacaz deixou um exemplo de profissional dedicado ao progresso da Medicina e do Brasil. “Um exemplo sobre o qual as novas gerações, com uma visão tão mercantilista da profissão médica, fariam bem em meditar”, disse o senador.

## Termina hoje votação sobre cultura local no rádio e TV

Comissão de Educação analisa em turno suplementar projeto que garante, nos meios de comunicação, maior destaque aos programas regionais

A Comissão de Educação (CE) analisa hoje, em turno suplementar, projeto de lei do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que garante maior destaque à programação regional nos meios de comunicação. Sob forma de substitutivo elaborado pelo relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), a proposta foi acolhida pela comissão, em caráter terminativo, na semana passada.

De acordo com o projeto, as emissoras brasileiras de rádio e TV deverão dedicar, no prazo de cinco anos, pelo menos 30% de sua programação à cultura local e regional. A porcentagem valerá para os horários das 18h às 22h, na televisão, e das 6h às 18h, no caso do rádio. As emissoras que deixarem de cumprir as novas normas, estabelece o substitutivo, sofrerão multas de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil, atualizadas de acordo com a legislação vigente.

Também serão examinados dois projetos do senador Mauro Mi-



Antero Paes de Barros é autor da proposta, relatada por Casildo Maldaner e que está sendo analisada em caráter terminativo pela CE

randa (PMDB-GO) que alteram os nomes de viadutos no estado de Goiás. Um deles denomina Múcio Teixeira o viaduto localizado no quilômetro 166 da rodovia BR-060. Outro intitula Ovídio José dos Santos a obra situada no quilômetro 620 da BR-153.

MÁRIO COVAS

Estão ainda em pauta projeto do senador Paulo Hartung (PSB-



ES) que denomina Sérgio Ceotto ponte sobre o Rio Doce, no município de Colatina (ES), e projeto de lei da Câmara que confere ao ex-governador paulista Mário Covas a designação de Patrono do Turismo Nacional. A CE analisará também 41 projetos de decreto legislativo que permitem o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

## Mauro Miranda critica metas da LDO para política urbana

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) criticou as metas para o desenvolvimento urbano estabelecidas pelo governo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Apesar das cidades abrigarem 81% dos brasileiros, alertou, a LDO não prevê o financiamento habitacional entre as diretrizes da Caixa Econômica Federal.

No item referente ao programa Morar Melhor, está prevista a meta de apenas 5 mil lotes urbanizados. A meta é “baixíssima” diante das necessidades nacionais, segundo Mauro. Num país com déficit de 6,6 milhões de unidades habitacionais, disse, essas diretrizes “levam a enorme decepção”.

Mauro Miranda ressaltou que não há previsão de financiamento nem sequer para a elaboração de planos diretores. A medida, disse, não poderia deixar de ser prevista, uma vez que esses planos são condicionante para

implementação do Estatuto da Cidade, aprovado pelo Congresso ano passado. Ele acrescentou que entre as diretrizes para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) encontra-se menção ao transporte urbano, mas não ao desenvolvimento urbano.

O senador apontou outro aspecto da LDO que poderá se transformar em sério percalço para o desenvolvimento urbano: as limitações impostas às contrapartidas de recursos municipais aos financiamentos internacionais.

— Alguns financiamentos internacionais exigem do município beneficiado uma contrapartida que pode ultrapassar aqueles limites. Está aí criado um obstáculo desnecessário aos programas municipais de desenvolvimento urbano.

Outra falha apontada pelo senador na LDO está no anexo que trata de riscos fiscais. Segundo ele,



Mauro: financiamento habitacional não está entre as diretrizes da Caixa Econômica Federal

é dado destaque excessivo ao pagamento de dívidas dos Fundos de Compensação das Variações Salariais (FCVS), que nada mais é, afirmou, do que o subsídio dado às habitações de classe média nos financiamentos do Sistema Financeiro Habitacional.

Mauro reconhece que o país dispõe de boa base constitucional na questão, como o conceito social de propriedade. Ele também se referiu à emenda, de sua iniciativa, promulgada em 2000 que incluiu a moradia entre os direitos sociais.

# Fogaça protesta contra subsídio a produtor dos EUA

Segundo disse, auxílio pode até ser benéfico como ação transitória, mas os governos não devem encará-lo como forma de proteção permanente do mercado. Para Ramez Tebet, medida norte-americana atinge agropecuária brasileira

O senador José Fogaça (PPS-RS) protestou ontem contra os subsídios concedidos pelo governo norte-americano ao setor agropecuário daquele país. Segundo afirmou, o protecionismo praticado pelo governo Bush é "basicamente uma política conservadora de direita". Como ação transitória, observou, o subsídio pode até ser benéfico, mas não pode ser encarado como forma de proteção permanente de mercado.

— É ruim para nós porque não podemos competir no terreno dos subsídios — ressaltou.

Fogaça lembrou que o Brasil concede R\$ 4 bilhões (cerca de US\$ 1,8 bilhão) em subsídios como

forma de equalizar os juros cobrados no crédito agrícola, enquanto os Estados Unidos acabam de garantir US\$ 172 bilhões.

— Foi um aumento desproporcional nos valores dos subsídios, o maior desde 1936. Essa é uma prática cruel, injusta e indecente. O Brasil precisa tomar uma postura nessa questão — alertou.

OMC

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) lembrou que representou o Congresso Nacional na mais recente reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Doha, onde foi acertado que esse tipo de subsídio terminaria em quatro anos.

— Hoje, vemos que nada disso está ocorrendo. O presidente George W. Bush está desrespeitando todas as regras acertadas. Esse presidente não está trazendo nenhum benefício para o mundo, apenas está defendendo o capital americano — afirmou Lindberg.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o tratamento dado pelos Estados Unidos aos países pobres "passou a ser irracional". Ele ressaltou que a base da economia brasileira é a agropecuária, que está sendo atingida pela política adotada pelos Estados Unidos.

— Isso é intolerável e cruel. Me-xe com o nosso sentimento de brasilidade — afirmou.



Roosevelt Pinheiro

O Brasil não pode competir no terreno dos subsídios, ressaltou José Fogaça

## Comissão pode debater agência comercial norte-americana

Aprovado na semana passada pelo Senado norte-americano, o projeto de lei que cria a Agência de Promoção de Comércio dos Estados Unidos (conhecida como TPA — *Trade Promotion Authority* ou *fast track*) poderá ser discutido em audiência pública na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Requerimento nesse sentido, apresentado pelo deputado federal Inácio Arruda (PCdoB-CE), está na pauta da reunião da Comissão do Mercosul marcada para as 14h30 de hoje.

Conforme reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a proposta original da TPA garantiria ao presidente dos Estados Unidos poderes para negociar acordos comerciais com outros países, podendo ser aprovados ou rejeitados, mas não modificados, pelo Congresso. Na votação no Senado, entretanto, foi aprovada emenda que permite aos congressistas cancelar posteriormente todos os pontos desses acordos que afetarem mecanismos de defesa comercial norte-americanos. O projeto final deve seguir para sanção do presi-

dente George W. Bush em julho.

ALCA

Da pauta da reunião consta ainda requerimento solicitando que as duas comissões realizem, nos estados brasileiros, audiências públicas sobre as consequências da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A Comissão do Mercosul examinará, na mesma reunião, adendo ao relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a projeto de decreto legislativo do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que convoca plebiscito sobre a suspensão, por 20 anos, das negociações para ingresso do Brasil na Alca.

A comissão deve discutir ainda pareceres favoráveis a textos de acordos internacionais. Relatado pelo senador José Fogaça (PPS-RS), um deles trata da convenção celebrada com o Paraguai para evitar a dupla tributação em matéria de Imposto de Renda, prevenir e combater a evasão fiscal. Outro, relatado pelo deputado Doutor Rosinha (PT-PR), refere-se ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologias Espaciais, firmado com a Argentina.

## Jonas Pinheiro quer ajuda ao setor de algodão

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) fez ontem em Plenário apelo para que o governo federal adote com urgência, nos fóruns internacionais e internamente, medidas para compensar os subsídios concedidos pelos Estados Unidos aos seus produtores de algodão. Na avaliação do parlamentar, o protecionismo norte-americano afeta o mercado internacional, pois cria condições artificiais de preços e de oferta do produto.

Para Jonas Pinheiro, se as medidas no campo das relações diplomáticas são demoradas devido à lentidão das decisões nos fóruns internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil pode e deve adotar medidas internas para salvaguardar os produtos brasileiros e sua economia, afirmou.

— Diante dessa crise que se apresenta, o Brasil adotará uma atitude inexplicável: os produtores não podem produzir algodão geneticamente modificado, mas poderão importar e consumir cerca de 120 mil toneladas desse produto. Onde está a coerência dessa medida e a quem ela realmente interessa e beneficia? Aos produtores brasileiros afirmo e garanto que não — frisou.



Roosevelt Pinheiro

Jonas Pinheiro avalia que o protecionismo norte-americano afeta o mercado internacional

O parlamentar observou que, por conta dessa política, o Brasil terá de importar este ano 15% do algodão que consome em sua indústria têxtil, num total de US\$ 126 milhões, o que vai representar perda de 85 mil empregos na colheita. Segundo o parlamentar, a razão são os altos subsídios — que atingem US\$ 4,5 bilhões — concedidos pelo governo dos Estados Unidos aos produtores do país.

QUEDA

Jonas Pinheiro lamentou que a queda na produção brasileira aconteça quando todos os fatores favoreciam a cultura algodoeira: elevados investimentos em mecanização; evolução do material genético desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); transferência das plantações para o Centro-Oeste (principalmente Mato Grosso), onde as condições

climáticas e de solo são favoráveis; e modernização do sistema produtivo.

MAQUINISTA

Em aparte, o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) relatou que foi maquinista de algodão durante aproximadamente 30 anos, até a segunda metade da década de 80, quando o Ceará tinha mais de 70% do seu Produto Interno Bruto (PIB) garantidos pelo produto. O senador lembrou que seu estado natal exportava algodão para Alemanha, França, Holanda e Inglaterra.

Hoje, informou Duarte, cerca de 80% das necessidades de algodão da indústria têxtil são supridas com importações dos Estados Unidos, Paquistão, Índia e ex-colônias francesas na África, graças aos subsídios concedidos pelos governos locais aos seus produtores. Jonas Pinheiro pediu que o governo brasileiro também forneça subsídios, a fim de proteger a produção e o mercado nacionais, como acontecia no passado.

— O governo brasileiro precisa tomar imediatamente providências que possam servir como demonstração de apoio aos produtores nacionais, e com isso evitará que nosso setor produtivo seja desestimulado, enquanto os outros países continuarem a adotar, de maneira afrontosa a nós, as mais diversas e discrepantes medidas para resguardar os seus mercados e seus empregos — comentou.



José Cruz

Adendo de Emilia Fernandes a projeto de plebiscito sobre Alca também pode ser votado hoje



Célio Azevedo

Lauro apresenta projeto que define penas para a discriminação contra idosos

## Lauro quer punir discriminação contra idosos

A discriminação contra o idoso pode passar a figurar ao lado dos crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional. Projeto de lei nesse sentido foi apresentado pelo senador Lauro Campos (PDT-DF) e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Além de alterar a ementa da Lei nº 7.716/89, que dispõe sobre os crimes atrelados a atos preconceituosos, a proposta modifica outros dois artigos. Com a nova redação sugerida por Lauro Campos, as penas previstas para as transgressões incluídas nessa legislação – reclusão de um a três anos e multa – também serão aplicadas a quem praticar, induzir ou incitar a discriminação contra idosos.

Embora a norma legal relativa à Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94) determine que “o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza”, Lauro Campos observa que esse grupo não está amparado pela definição de penas contra práticas discriminatórias. E destaca que o idoso, sabendo da existência de punição legal para tais práticas, poderá acionar as autoridades na hipótese de ser vítima de violência física ou moral.

Com base em levantamento realizado pela Secretaria de Justiça de São Paulo, o senador pedetista informou que os idosos continuam a ser vítimas dos mais diversos tipos de violência, tanto no ambiente doméstico como fora de casa. Na perspectiva de mudar esse quadro, relatou, o órgão criou o programa SOS-Cidadania, destinado a envolver a família, a sociedade e o Estado no resgate dos direitos de cidadania, de participação na comunidade, de dignidade e de bem-estar dos idosos.

# Patrocínio pede mais investimentos no Sistema Nacional de Transplantes

Senador lembra que pacientes e seus familiares vivem “um drama diário, cuja ação se desenvolve através da esperança por um órgão e do temor de que não chegue a tempo”

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) fez ontem um apelo às autoridades federais e estaduais por maiores investimentos no Sistema Nacional de Transplantes. A legislação que disciplinou os transplantes de órgãos no país foi, na avaliação do senador, o fato que induziu o aumento do número de cirurgias. Falta agora, sustenta, dotar o sistema de recursos para fazer frente à demanda.

– Cabe ao Poder Executivo, especialmente aos gestores estaduais do Sistema Único de Saúde, realizar os investimentos necessários ao aprimoramento do sistema de transplantes e à implementação das normas técnicas e legais existentes – afirmou Carlos Patrocínio.



Roosevelt Pinheiro

Para Patrocínio, legislação induziu aumento dos transplantes, mas faltam investimentos

Ele observou que, desde a entrada em vigor da legislação, em 1997, o número de transplantes cresceu, depois de uma estagna-

ção de três anos. Os transplantes de rim, por exemplo, que foram 1.452 em 1996, passaram a 2.383 em 2000. No mesmo período, os transplantes de fígado saltaram de 119 para 331; os de córnea, de 1.870 para 3.217; e os de medula, de 261 para 569. “Mas isso é, ainda, muito pouco”, salientou.

Para o senador, essa ação tem a urgência do tamanho da dor das pessoas que esperam nas filas dos transplantes e a de seus familiares.

– É um drama diário, cuja ação

se desenvolve através da esperança por um órgão e do temor de que não chegue a tempo. Nos casos menos dramáticos, que não envolvem questão de vida e de morte, há o sofrimento permanente daqueles que têm que passar periodicamente pela hemodiálise ou de outros que aguardam pela chance de poder voltar a ver – analisou.

Em aparte, o senador Ramez Tebet alertou para a burocracia que vem retardando a assinatura de convênios com hospitais que estão ameaçados de fechar, como é o caso do Departamento de Oncologia da Casa de Saúde de Campo Grande (MS). Ele fez um apelo ao ministro da Saúde, Barjas Negri, para apressar o repasse das verbas.




## Proposta de Ademir facilita captação de órgãos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto de lei destinado a abrir uma nova possibilidade de atendimento rápido aos pacientes que aguardam transplantes. A proposta obriga os hospitais que não estejam autorizados a retirar órgãos de doadores falecidos a franquear suas instalações e a fornecer apoio operacional às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante.

De acordo com a legislação em vigor, a retirada de órgãos só pode ocorrer em estabelecimentos de saúde públicos e privados que tenham sido prévia e expressamente autorizados pelo Ministério da Saúde. Com isso, observa o senador, a lei impõe um obstáculo para a captação de órgãos quando o doador tiver falecido em unidade de saúde não autorizada a realizar transplantes.

Na justificativa de seu projeto, Ademir recordou a publicação de notícia na imprensa sobre o drama de um paciente, no Rio de Janeiro, que por pouco não consegue se submeter a um transplante porque o doador de um fígado havia falecido em um hospital que não era autorizado a fazer transplantes.

– Não bastasse a dificuldade para obter um órgão sadio e compatível com o organismo do receptor, a realização do transplante quase se frustrou, pelo fato de o doador ter falecido nas dependências de um hospital particular. Em um primeiro momento, a direção da entidade não permitiu a retirada dos órgãos pelos médicos do Rio Transplante, sob a alegação de que o convênio de saúde

Os números		
Número de estabelecimentos transplantadores	597	
Número de transplantes realizados por ano		
1997	3.932	
2001	7.229	
Valores gastos em transplantes por ano (cirurgias) – Em R\$		
1997	44,6 milhões	
2001	106,8 milhões	
Transplantes mais realizados		
		
Córnea	Rim	Medula Óssea
1997	1.816	1.502
2001	3.288	2.551
		705

Fonte: Sistema Nacional de Transplantes/Ministério da Saúde

de doador não cobriria as despesas com a utilização do centro cirúrgico – relata Ademir.

O projeto estabelece que, no caso de retirada de órgãos em hospitais não autorizados, todas as despesas serão custeadas, em caráter excepcional, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

## MP sobre reparação a anistiado político já tem 18 emendas

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) nº 2.151-3, que cria a Comissão da Anistia e define a reparação econômica aos anistiados políticos, estará reunida hoje, a partir das 18h30.

Editada em agosto de 2001, a MP já recebeu 18 emendas. De acordo com o texto, o valor da prestação mensal de reparação econômica, a ser recebida pelo anistiado, será igual à remuneração que receberia se houvesse permanecido em serviço ativo.

## Ilha Solteira lança no Senado projeto turístico e cultural

A Prefeitura de Ilha Solteira, cidade a 670 quilômetros de São Paulo, lança hoje, às 18h30, em solenidade no Salão Negro do Senado, o projeto A Conquista da Água, que prevê a urbanização das margens do lago que abastece a terceira maior hidroelétrica do Brasil. O projeto, orçado em US\$ 60 milhões, prevê a construção de vias marginais, aeroporto, marinas com ancoradouro, teatro, jardim botânico e centros de ciência e lazer. As obras terão início até o fim deste ano e devem ser concluídas até 2005.

Criada a partir de um acampamento da Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp), que em 1968 construiu a barragem no Rio Paraná, Ilha Solteira tem cinco hotéis com aproximadamente 400 leitos e 12 restaurantes, sendo três às margens do lago.

# Lindberg cobra educação e emprego para jovens

Senador cita pesquisa da Unesco revelando que Brasil ocupa o terceiro lugar no número de jovens assassinados em todo o mundo. Ele apela aos governos federal e estaduais para que adotem políticas capazes de reverter esse quadro

Só a educação e a oferta de emprego poderão reduzir a criminalidade entre os jovens brasileiros, segundo afirmou o senador Lindberg Cury (PFL-DF), para quem cabe aos governos federal e estaduais adotar políticas com esse objetivo. Ele citou números de pesquisa publicada nos últimos dias pelo órgão das Nações Unidas que trata de educação e cultura (Unesco), revelando que o Brasil se encontra em terceiro lugar no mundo no número de jovens assassinados.

— São estarrecedores os números da pesquisa Mapa da Violência III. O trabalho mostra que o índice de assassinatos de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil aumentou 48% na última década — disse.

A pesquisa mostra que o aumento de crimes na população brasileira em geral subiu no mesmo período em 29%. Para ele, não dá mais para as autoridades ignorarem o fato de que os jovens estão cada vez mais en-



Lindberg Cury: assassinato de jovens entre 15 e 24 anos aumentou 48% nesta década

trando no crime por falta de educação e de emprego.

— Sem educação e sem perspectivas na vida, eles não têm muita opção — observou.

O senador lamentou que o governo federal tente “fugir da sua responsabilidade” neste caso, dizendo que o crescimento da violência entre jovens é culpa da falta de compromisso dos gover-

nos estaduais e dos legisladores. Lindberg ponderou que o Congresso está fazendo sua parte e que a recente Comissão Mista Especial de Segurança Pública, da qual o senador participou, aprovou 21 projetos de lei e três propostas de emenda à Constituição com a finalidade de combater a criminalidade no país.

Em aparte, José Fogaça (PPS-RS) se disse “absolutamente apavorado” com a notícia de que as quadrilhas estão utilizando jovens de 16 a 18 anos na hora de executar suas vítimas, pois eles não podem ser imputados criminalmente por seus atos. Para ele, os governos têm de adotar ações anteriores às medidas de segurança pública e uma delas, que deu bons resultados na Inglaterra, é incentivar os jovens a participarem de alguma forma de associativismo.

— Onde há vida comunitária não há crime — sustentou Fogaça.

## Qualidade do ensino preocupa Lobão

Ao registrar ontem que o Brasil atingiu índice próximo de 76% de jovens na escola, o senador Edison Lobão (PFL-MA), embora reconhecendo que esse é um avanço significativo, alertou para o fato de que o quantitativo não pode ser valorizado em detrimento do qualitativo. Ele lembrou que profissionais de educação advertem para o perigo da supervalorização de recursos e meios modernos, em detrimento do elemento humano e da didática.

Lobão ressaltou que a preocupação de manter turmas cheias de alunos sem a devida preparação do corpo docente pode esconder, na opinião de especialistas, estratégias dos governos para maquiagem das estatísticas educacionais ante as exigências dos organismos internacionais que financiam programas educacionais no Brasil.

— Por isso, apesar de a universalização ter alcançado re-

sultados promissores, apesar da inquestionável importância dos recursos modernos empregados, a educação apresentada hoje não vem tendo a qualidade que deveria ter — observou o senador.

De acordo com Edison Lobão, há um despreparo geral dos profissionais e, em sua opinião, a política do aumento rápido do número de matrículas é temerária, pois as crianças devem frequentar a escola, mas não aprenderão com professores malformados e sem uma política educacional pedagogicamente alicerçada.

No entender do senador, é por isso que, apesar de as crianças estarem nas escolas, os níveis de qualidade estão cada vez mais baixos. Ele lembrou que o Brasil ficou em último lugar na mais recente participação do Brasil em avaliação feita com alunos de ensino médio oriundos de países dos mais variados níveis econômicos.

Lobão ressaltou que, para solucionar a crise de crescimento da educação no Brasil, é fundamen-



Edison Lobão: educadores advertem para perigo da supervalorização de recursos

tal o debate para efetivar uma interlocução entre Estado (nos planos federal, estadual e municipal), escola e sociedade. Algumas experiências alternativas, disse o senador, têm mostrado que essa metodologia pode ser implementada com resultados significativos junto à coletividade que convive no ambiente educacional.

## Para Jucá, governo enfrentou desafios com perseverança

Ao registrar o lançamento, pelo Ministério da Educação, do documento “Investindo na Cidadania — o avanço da educação no Brasil”, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que muitos dos objetivos iniciais estabelecidos pelo governo federal foram atingidos. O documento contém avaliação dos objetivos, metas e ações do setor

ao longo dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique.

Para o senador, os desafios na educação foram enfrentados com coragem e perseverança, sem concessões a objetivos fáceis ou imediatistas. Tais opções, disse ele, contribuíram “para uma grande mudança quantitativa e qualitativa da educação no Brasil.” O documento, conforme Jucá, deixa claro que o país optou pela



Jucá: muitos objetivos foram alcançados pelo governo na educação

universalização da educação.

Os números que indicam 2,65 milhões de estudantes matriculados em cursos universitários, 18 mil estudantes em cursos de mestrado e seis mil em cursos de doutorado, na avaliação de Jucá, devem ser comemorados, mas não são suficientes

para um país continental e com vocação de grande potência.

Jucá também comentou pronunciamento feito pelo presidente da República no início deste mês no XIV Fórum Nacional “O Brasil e a economia do conhecimento”. Fernando Henrique, disse ele, analisou os riscos de exclusão de pessoas e países em decorrência da assimetria na distribuição do conhecimento e da informação.

## Maria do Carmo pede combate à violência dentro das escolas

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) manifestou preocupação com a crescente onda de violência nas escolas de todo o Brasil e especialmente em Sergipe, estado que ocupa, segundo afirmou, a “vergonhosa” terceira posição no ranking nacional de violência nas entidades de ensino.

Segundo Maria do Carmo, os motivos que levaram a escola a transformar-se num local perigoso são muitos, entre os quais a insegurança do país, a falta de policiamento e os reduzidos investimentos em campanhas de conscientização dos jovens.

— É necessário que haja maior participação da sociedade dentro das instituições para que os exemplos da cultura da paz pos-



Maria do Carmo defende policiamento e conscientização

sam ser reforçados em todos os locais — disse.

A senadora alertou que, sem policiamento, dificilmente será possível mudar essa situação.

— É incrível que a Polícia Militar de Sergipe possua apenas 66 homens trabalhando na Companhia de Segurança Escolar, atenden-

do a 96 escolas estaduais na capital. Eles têm como material de apoio somente três viaturas e quatro motocicletas.

Maria do Carmo afirmou que a necessidade de combater a violência dentro das escolas sergipanas foi percebida com mais clareza no segundo semestre do ano passado, quando dois alunos da rede pública foram esfaqueados por colegas.